



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL- SER

JULIANE PIRES DA CUNHA

**INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA/DF.**

BRASÍLIA-DF /2025

JULIANE PIRES DA CUNHA

**INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA
REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA/DF.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Fernanda Scalzavara

Brasília-DF/2025

JULIANE PIRES DA CUNHA

**Intersetorialidade na política social de assistencial social na região administrativa do
Gama/DF**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fernanda Scalzavara (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Andreia de Oliveira

Prof.^a. Dr^a. Michelly Ferreira Monteiro Elias

Brasília-DF/2025

Dedico este trabalho à minha mãe e à minha irmã, que estiveram ao meu lado com amor, paciência e força em cada passo dessa trajetória. Mãe, sua coragem, sabedoria e fé me inspiraram a seguir mesmo nos dias mais difíceis; irmã, sua presença constante, suas palavras de apoio e seu carinho silencioso foram abrigo para meu coração. A conquista deste TCC é tão minha quanto de vocês, porque sem o amor que recebi, este caminho teria sido muito mais difícil de percorrer.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda força, sabedoria e orientação. Sem a Sua graça, não teria conseguido chegar até aqui. A cada passo desta jornada, senti Sua presença me guiando, me dando coragem nos momentos de insegurança e confiança nos momentos de dúvida. Agradeço por me permitir viver este sonho e por estar sempre ao meu lado, me sustentando em cada desafio.

À minha mãe, que foi a minha maior fonte de apoio e inspiração. Mãe, não tenho palavras para expressar o quanto sou grata por todo o seu amor incondicional, dedicação e esforço. Você esteve ao meu lado em todos os momentos, com palavras de incentivo, compreensão e carinho. Tudo o que sou, devo a você. Ao meu pai, agradeço por sempre acreditar em mim e me apoiar em todas as minhas escolhas.

A minha irmã, que sempre foi minha companheira de vida, minha confidente e amiga. Obrigada por estar sempre ao meu lado, me fazendo rir nos momentos mais difíceis e me oferecendo conselhos valiosos. Agradeço também ao meu namorado, que me apoiou incansavelmente durante toda essa caminhada. Seu amor, paciência e compreensão foram fundamentais para que eu pudesse focar nos meus objetivos, sabendo que sempre teria alguém ao meu lado.

Às minhas amigas de vida, aquelas que conheço há anos e que compartilham comigo as alegrias e as dificuldades. Obrigada por todas as risadas, por estarem comigo em cada passo, por me fortalecerem nos momentos de fragilidade e por comemorarem comigo cada conquista. Vocês são parte essencial da minha trajetória e tenho muita gratidão por nossa amizade.

A todas as amizades construídas durante o curso de Serviço Social, agradeço pela troca constante de saberes, experiências e companheirismo. Cada conversa, cada troca de ideias, cada ajuda foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Vocês tornaram essa jornada mais leve e mais rica, e sou muito grata por ter tido a oportunidade de compartilhar este momento da minha vida com pessoas tão especiais.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, meu mais profundo agradecimento por todo o conhecimento compartilhado ao longo da graduação. Cada aula, cada ensinamento, cada desafio proposto contribuiu de maneira significativa para minha formação. Agradeço pela paciência, dedicação e por sempre incentivarem a reflexão crítica e a busca por uma prática profissional ética e transformadora. Suas orientações me proporcionaram uma visão mais ampla e

profunda da realidade social e do papel do assistente social na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço ainda a todos os profissionais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu aprendizado durante esses anos de formação. Cada experiência, cada ensinamento, cada vivência foi essencial para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória. Cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho, cada apoio foi importante para que eu chegasse até aqui. A todos, minha eterna gratidão.

“O assistente social, ao intervir na realidade social, não deve apenas procurar soluções pontuais para os problemas que surgem, mas, sobretudo, atuar de maneira que contribua para a mudança estrutural das condições de vida das populações mais vulneráveis.” – Adaptado de Iamamoto (2009)()

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Intersetorialidade na Política Social de Assistência Social na Região Administrativa do Gama” tem como foco a análise da intersetorialidade como instrumento para o fortalecimento da Política de Assistência Social, uma política pública garantidora de direitos, voltada à proteção de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. O estudo busca compreender como a articulação entre diferentes setores — como saúde, educação, habitação e trabalho — contribui para a ampliação da proteção social e para a efetivação de direitos. A metodologia do estudo é composta pela revisão bibliográfica, acrescida de descrição e reflexões sobre a experiência de estágio supervisionado curricular obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social do Gama. O trabalho ressalta a importância de uma atuação integrada e planejada entre os serviços, com o objetivo de promover respostas mais completas, eficazes e humanizadas às demandas sociais da população.

Palavras-Chave: Intersetorialidade, Proteção Social e Política Social de Assistência Social.

ABSTRACT

The Course Completion Paper titled “Intersectorality in the Social Assistance Policy in the Administrative Region of Gama” focuses on analyzing intersectorality as a fundamental tool for strengthening the Social Assistance Policy — a public policy that guarantees rights and is aimed at protecting individuals and families in situations of vulnerability. The study seeks to understand how the articulation between different sectors — such as health, education, housing, and labor — contributes to expanding social protection and ensuring rights. The study’s methodology consists of a literature review, supplemented by descriptions and reflections on the experience gained during the mandatory supervised curricular internship at the Social Assistance Reference Center (CRAS) in Gama. The paper highlights the importance of integrated and well-planned action between services, with the aim of providing more comprehensive, effective, and humanized responses to the social demands of the population.

Keywords:Intersectorality, Social Protection e Social Assistance Policy

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS-Centro de Referência em Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA- Legião Brasileira de Assistência

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome

NAF- Núcleo de Apoio à Família

NOB- Norma Operacional Básica

PAEFI- Programa de Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos

PAIF- Programa de Atenção Integral às famílias

PBF- Programa Bolsa Família

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INTERSETORIALIDADE.....	13
2.1- O Conceito de Intersetorialidade.....	13
2.2- Política de Assistência Social e Intersetorialidade.....	15
2.3- Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	17
2.4- Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	20
2.5- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.....	22
3. DISTRITO FEDERAL: FORMAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL	
3.1- Contextualizando o Distrito Federal.....	24
3.2- Diagnóstico Social do Distrito Federal.....	26
3.3- Distrito Federal e as RAs.....	28
3.4- Serviços Socioassistenciais do DF.....	33
4. - A REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE, SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E A REDE LOCAL.....	37
4.1-Organização da Região Administrativa do Gama.....	39
4.2- Rede Intersetorial local da Região Administrativa do Gama.....	41
4.3-Serviços Socioassistenciais do Gama.....	45
4.4- Impacto e Resultados: Ações da Rede Social Local do Gama.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6.REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo discutir a temática da intersetorialidade, mas especificamente no âmbito da política de assistência social e na garantia de direitos. A Intersetorialidade representa uma importante estratégia para enfrentar as vulnerabilidades sociais — situações que colocam indivíduos ou grupos em condições de risco, seja no campo econômico, cultural, educacional ou em outros aspectos da vida social

Buscou-se no primeiro momento deste trabalho fazer uma análise acerca do conceito de intersetorialidade e a relação da mesma com a política de assistência social. No campo da assistência social, a intersetorialidade tem se mostrado particularmente relevante, uma vez que a atuação conjunta de diferentes serviços pode garantir o acesso aos direitos sociais de forma mais eficiente e inclusiva. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por exemplo, estabelece a necessidade de articulação entre os serviços socioassistenciais e outras áreas públicas, como saúde e educação, para atender adequadamente a população em situação de vulnerabilidade.

O interesse pelo tema em questão, emergiu a partir da inserção no estágio de Serviço Social obrigatório I e II, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Região Administrativa do Gama. Tal experiência de estágio proporcionou perceber a importância da intersetorialidade para que seja garantido aos usuários o acesso aos serviços, programas e benefícios, conforme consta nas diretrizes e princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a resolutividade apresentada aos profissionais da assistência.

O estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica dos assuntos pertinentes ao tema do trabalho em questão e a partir das vivências durante o estágio no CRAS do Gama. As demandas que chegam cotidianamente no CRAS e a participação nas reuniões da Rede intersetorial local da cidade, foram ferramentas que contribuíram tanto para ter uma visão mais aprofundada acerca das fragilidades dos moradores da cidade, como para ter uma aproximação do que realmente se trata o termo intersetorialidade.

Na primeira seção deste trabalho destaca-se o conceito de intersetorialidade (no sentido da garantia de direitos), e também é abordado a PNAS e a criação do SUAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A segunda seção trata do contexto histórico, social e político do Distrito Federal, pois, para realizarmos uma análise acerca da Região Administrativa do Gama é necessário entender e conhecer primeiramente a história da cidade, e logo após entender como é o funcionamento da mesma.

Já na terceira seção contextualiza-se a cidade [FS2] do Gama (que é o foco principal do trabalho), como e quando surgiu, a rede intersetorial local e os serviços socioassistenciais ofertados naquela localidade. O enfoque foi para a importância da intersetorialidade e da rede intersetorial para a região do Gama, pois trata-se de uma importante ferramenta para a efetivação das políticas públicas voltadas à população em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Finalizamos este trabalho com as considerações finais, momento este que permitiu uma reflexão acerca de todo o processo desenvolvido no decorrer do trabalho

2. INTERSETORIALIDADE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A partir da análise bibliográfica, buscamos neste capítulo refletir acerca do conceito de intersetorialidade, considerando o debate de diferentes autores referente ao tema, como Yazbeck (2014), Inojosa (2001), Nascimento (2010), que são alguns dos importantes autores que debatem acerca da intersetorialidade no âmbito da política de assistência social. Em seguida apresentaremos, em linhas gerais, documentos orientadores da política de assistência que citam a intersetorialidade e como a mesma surge neste âmbito.

2.1 O conceito de intersetorialidade

A intersetorialidade é um conceito central nas discussões sobre políticas públicas, especialmente nas áreas de assistência social, saúde, educação e outros campos relacionados ao bem-estar social. De maneira geral, o termo refere-se à articulação e à integração entre diferentes setores da administração pública, com o objetivo de promover ações conjuntas que atendam de forma mais eficaz e abrangente as necessidades das populações em situação de vulnerabilidade. Como observa Yazbeck (2014), trata-se de um conceito polissêmico, uma vez que pode assumir múltiplos significados e interpretações, dependendo do contexto e da área em que é aplicado.

A natureza polissêmica da intersetorialidade decorre da multiplicidade de abordagens com que o conceito é tratado nas diferentes áreas do saber e nas práticas sociais. Essa diversidade de interpretações reflete tanto a complexidade dos problemas sociais enfrentados quanto a necessidade de respostas mais integradas e colaborativas por parte do poder público. De acordo com Akerman et al. (2014), a intersetorialidade implica a articulação de políticas públicas que operam de forma coordenada, visando atender de maneira mais abrangente as demandas de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade. Os autores alertam que essa articulação não deve se limitar a uma cooperação meramente formal ou pontual, mas deve configurar-se como um processo contínuo, voltado à construção de soluções mais efetivas para problemas complexos, como a pobreza, a exclusão social e as desigualdades estruturais.

Nessa perspectiva, a intersetorialidade exige mais do que o alinhamento institucional: requer a integração entre saberes, práticas e campos de atuação distintos, como os das áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, entre outros. Yazbeck (2014) complementa essa

visão ao destacar que a intersetorialidade não é apenas uma técnica de gestão, mas uma estratégia político-institucional que pressupõe diálogo, corresponsabilidade e construção coletiva entre os diversos setores envolvidos.

Mendes e Andrade (2013) discutem a intersetorialidade no contexto da assistência social, destacando sua aplicabilidade como uma resposta prática às complexas condições sociais enfrentadas por populações em situação de risco e vulnerabilidade. Segundo as autoras, a intersetorialidade surge como uma necessidade diante da crescente demanda por serviços sociais que atendam às múltiplas necessidades dessas populações. Elas argumentam que a integração das políticas públicas é essencial para garantir que indivíduos em situação de pobreza ou exclusão social tenham acesso a um conjunto articulado de serviços, cobrindo todas as suas necessidades de maneira integral. O conceito de intersetorialidade, nesse sentido, permite que os profissionais das áreas de assistência social, saúde, educação, entre outras, atuem de forma colaborativa, oferecendo soluções mais eficazes e profundas, e não apenas respostas superficiais às demandas sociais.

No entanto, como um conceito polissêmico, a intersetorialidade pode ser compreendida de diferentes formas, e suas interpretações variam de acordo com o campo em que é aplicada. Nascimento (2010) oferece uma análise crítica sobre a intersetorialidade, destacando que, para além da simples colaboração entre setores, é necessária uma mudança estrutural nas práticas de gestão pública. Para a autora, a verdadeira intersetorialidade só se concretiza quando as políticas públicas não apenas se articulam, mas se fundem de fato, estabelecendo um trabalho conjunto fundamentado em valores compartilhados e objetivos comuns. Nesse contexto, a autora ainda enfatiza que esse trabalho integrado exige a superação da visão fragmentada das políticas sociais, sendo imprescindível a promoção de uma abordagem holística das necessidades sociais.

Nascimento (2010) contribui para a discussão ao abordar a intersetorialidade como um processo estratégico, que requer a colaboração entre diferentes profissionais, instituições e setores da sociedade. Para a autora, a intersetorialidade vai além de um simples agrupamento de ações, sendo a capacidade de articular diferentes políticas e ações dentro de um sistema integrado, com o objetivo de promover os direitos sociais e melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, a intersetorialidade não se limita a ser uma questão de gestão pública eficiente, mas também uma ferramenta crucial para a construção de um modelo de cidadania mais inclusivo e equitativo.

Yazbeck (2014) também ressalta que a intersetorialidade, como um conceito polissêmico, se caracteriza pela flexibilidade de sua aplicação. Para ela, a intersetorialidade não é uma abordagem única, mas deve ser adaptada ao contexto local, levando em consideração as especificidades de cada comunidade e as realidades sociais presentes em cada território. A pluralidade de interpretações sobre a intersetorialidade, de acordo com Yazbeck, é uma característica positiva, pois permite que o conceito se ajuste às diversas necessidades dos indivíduos e grupos, ao mesmo tempo em que promove a efetiva articulação entre diferentes serviços e políticas públicas. Além disso, o autor alerta para a necessidade de envolver as próprias comunidades no processo de construção de políticas intersetoriais, pois elas são as maiores interessadas na melhoria de suas condições de vida

Em síntese, a intersetorialidade, por sua natureza polissêmica, demanda uma compreensão abrangente e flexível, adaptada ao contexto das políticas públicas. Ela surge como uma ferramenta essencial para promover a integração e articulação entre diferentes áreas do governo, visando oferecer respostas mais eficazes e completas às necessidades sociais da população. Para que a intersetorialidade seja bem-sucedida, é fundamental que os setores envolvidos trabalhem de maneira colaborativa, compartilhando responsabilidades e recursos, e que as práticas sejam continuamente ajustadas às realidades e desafios locais. Em última instância, a intersetorialidade busca garantir a promoção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, conforme ressaltado por Nascimento (2010), que afirma que "a verdadeira intersetorialidade só se realiza quando se integra de maneira efetiva as diferentes políticas, sempre com foco nas necessidades concretas da população".

2.2 Política de assistência e Intersetorialidade

A intersetorialidade na Política de Assistência Social é um conceito que visa integrar diferentes áreas e políticas públicas para oferecer um atendimento mais completo e eficaz às populações em situação de vulnerabilidade social. A ideia central é que as questões sociais e as necessidades das famílias e indivíduos não se limitam a uma única área, como saúde ou educação, mas envolvem uma série de fatores que precisam ser abordados de forma integrada. Aguiar (2020) ressalta que a intersetorialidade é essencial para o sucesso das políticas públicas, pois promove a articulação entre serviços e áreas diferentes, ampliando a abrangência do atendimento e garantindo que as demandas sejam atendidas de forma integral.

Segundo Mendes e Andrade (2013), a implementação da intersetorialidade na assistência social representa uma mudança no paradigma das políticas públicas, ao passar a focar no atendimento das múltiplas dimensões da questão social. A assistência social, que antes estava voltada apenas para a transferência de recursos financeiros, torna-se uma ação mais ampla, envolvendo a articulação entre áreas como saúde, educação, segurança e outras fundamentais para a construção da cidadania. Essa abordagem integrada tem o potencial de promover a inclusão social, assegurar direitos e diminuir desigualdades sociais.

A prática intersetorial não se dá apenas no plano conceitual, mas também se concretiza nos territórios por meio da atuação de redes locais. No Gama, a Rede Intersetorial é um exemplo de como essa articulação pode se materializar. A vivência no estágio supervisionado no CRAS-Gama possibilitou acompanhar de perto a atuação conjunta de diversos serviços — como escolas, UBSs, CREAS, conselhos tutelares, organizações da sociedade civil, entre outros — no enfrentamento de demandas complexas das famílias. Em reuniões da rede, observou-se o esforço contínuo desses atores em alinhar estratégias de acompanhamento e encaminhamento, buscando superar a fragmentação dos serviços públicos.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, representa um marco na construção de um sistema de proteção social que integra serviços e ações de diferentes áreas. A intersetorialidade é um dos princípios fundamentais da PNAS, pois visa coordenar as ações dos diversos serviços públicos, como saúde, educação, cultura e segurança, garantindo um atendimento mais eficaz às pessoas em situação de risco. De acordo com Aguiar (2020), a articulação intersetorial entre esses serviços é essencial para a efetividade das políticas sociais, especialmente na assistência social, pois permite uma abordagem integrada das vulnerabilidades sociais.

Durante o estágio, foi possível observar que os atendimentos no CRAS frequentemente envolviam demandas que ultrapassam a competência exclusiva da assistência social, exigindo diálogo com outros setores. Por exemplo, situações de negligência escolar, violência intrafamiliar ou ausência de documentação civil precisavam ser tratadas em conjunto com órgãos como a escola, o conselho tutelar, o sistema de justiça ou os serviços de saúde. A intermediação desses fluxos dentro da rede mostrava, na prática, a importância da intersetorialidade não apenas como diretriz normativa, mas como um método indispensável para garantir respostas mais efetivas às famílias atendidas.

Além disso, a intersetorialidade fortalece as redes de proteção social, que são fundamentais para a proteção de crianças, adolescentes, idosos e outros grupos em situação de risco. Yazbeck (2014) afirma que a construção de redes intersetoriais é uma das melhores estratégias para garantir a integralidade no atendimento, já que ela não só resolve questões imediatas, mas também cria uma rede de apoio que promove o fortalecimento das famílias e comunidades. No território do Gama, esse fortalecimento da rede se mostrou particularmente relevante diante da diversidade de realidades atendidas, incluindo comunidades rurais e urbanas com acesso desigual aos serviços. O acompanhamento de casos durante o estágio demonstrou que, quando bem articulada, a rede contribui não apenas para o encaminhamento pontual, mas para o acompanhamento sistemático das situações de vulnerabilidade.

Em suma, a intersetorialidade se apresenta como um princípio estruturante da política de assistência social, e sua aplicação nos territórios, como evidenciado na prática profissional no Gama, revela seu potencial transformador. A atuação conjunta entre os diversos equipamentos da rede local reforça o compromisso com um atendimento humanizado, integral e pautado na garantia de direitos.

2.3 Política Nacional de Assistência Social- PNAS

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi instituída em 2004 como um marco regulatório fundamental para a organização e execução da assistência social no Brasil. Sua implementação representou um avanço significativo na consolidação da assistência social como uma política pública de direitos, estruturada a partir dos princípios da Seguridade Social previstos na Constituição Federal de 1988. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2004), a PNAS estabelece diretrizes para a oferta dos serviços socioassistenciais, garantindo proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

A assistência social no Brasil passou por diversas transformações ao longo do tempo. Inicialmente caracterizada por ações filantrópicas e assistencialistas, passou a ser incorporada ao campo das políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988, que a reconheceu como um direito do cidadão e dever do Estado. Esse reconhecimento foi formalizado com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a qual estabeleceu as diretrizes e a base legal para a organização da política de assistência social no país.

A necessidade de regulamentação e estruturação da assistência social levou à criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. Seu principal objetivo foi organizar a assistência social de forma descentralizada e participativa, assegurando que os serviços e benefícios fossem estruturados dentro de um modelo de proteção social que prioriza a universalização do acesso e a equidade na distribuição dos recursos, conforme previsto na PNAS (BRASIL, 2004). Dessa forma, a política estabelece diretrizes e princípios que orientam as ações da assistência social em todo o país, sendo operacionalizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2005 (BRASIL, 2005).

Os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estão formalmente descritos na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS) e em documentos subsequentes que regulamentam a política, como as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em especial a Resolução nº 145/2004, que aprova a PNAS. São os princípios:

- Supremacia do atendimento às necessidades sociais: prioriza-se a garantia dos direitos sociais em detrimento de interesses econômicos
- Universalização dos direitos sociais: assegura que todas as pessoas que necessitam de assistência social tenham acesso aos serviços, sem discriminação
- Equidade: reconhece que diferentes grupos populacionais podem necessitar de respostas diferenciadas para garantir a igualdade de oportunidades
- Descentralização político-administrativa: a gestão da assistência social é compartilhada entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, garantindo maior eficiência na execução.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos socioassistenciais e na promoção da cidadania. Ao estabelecer diretrizes claras para a organização da assistência social, a PNAS contribui para que os serviços sejam prestados de maneira mais eficaz, articulada e equitativa, respondendo às necessidades da população. Como destaca Sposati (2007), essa normatização é essencial para consolidar a assistência social como política pública de direitos e superar práticas assistencialistas desarticuladas.

Ademais, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi essencial para consolidar a assistência social como uma política pública de direitos, rompendo com a lógica tradicional assistencialista. Com sua implementação, fortaleceu-se o modelo de gestão descentralizada e participativa, destacando-se o papel dos Conselhos de Assistência Social, que passaram a exercer o controle social das ações e assegurar a participação da sociedade na formulação e fiscalização das políticas.

Outro avanço relevante proporcionado pela PNAS foi o fortalecimento da intersetorialidade no âmbito da assistência social, ao incentivar a articulação com outras políticas públicas, como as de saúde, educação e habitação. Essa integração é fundamental para responder de forma mais abrangente às diversas dimensões da pobreza e da vulnerabilidade social, garantindo um atendimento mais efetivo e completo às populações em situação de risco.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) representa um marco importante na consolidação de uma assistência social fundamentada na garantia de direitos e na promoção da equidade. Desde sua instituição em 2004, a PNAS tem orientado a organização e execução dos serviços socioassistenciais em todo o país, promovendo um modelo de proteção social voltado à inclusão e ao fortalecimento da cidadania (BRASIL, 2004). Com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a política passou a funcionar de maneira mais descentralizada e eficiente, ampliando o acesso e a qualidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade. Assim, a PNAS desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os direitos são efetivamente assegurados.

2.4 Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído em 2005 pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com o objetivo de organizar a assistência social no Brasil, garantindo a proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Sua estrutura está fundamentada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sancionada em 1993, que definiu a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado, independentemente de contribuição previdenciária (BRASIL, 1993; BRASIL, 2005).

O SUAS representa uma organização descentralizada e integrada dos serviços de assistência social, com a missão de promover a cidadania e a inclusão social. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2019), o SUAS é um modelo de gestão pública que busca garantir o acesso à assistência social por meio de uma rede de serviços e programas interligados, levando em consideração as particularidades regionais e as necessidades locais da população. A articulação entre as diversas esferas de governo (federal, estadual e municipal) é fundamental para a implementação eficaz dessa política pública, com vistas à redução das desigualdades sociais e à promoção do bem-estar social.

De acordo com Yazbeck (2009), a consolidação do SUAS permite que a assistência social deixe de ser uma política assistencialista e se transforme em um direito social assegurado a toda a população, especialmente àquelas em situação de risco e vulnerabilidade social. Esse avanço representa um grande passo para a democratização do acesso aos direitos sociais, pois estabelece um sistema estruturado e permanente, ao contrário das políticas assistenciais anteriores, que eram pontuais e limitadas.

Para que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) funcione de forma eficiente, é essencial fortalecer continuamente as capacidades de gestão e investir na qualificação dos profissionais envolvidos. A implementação do SUAS exige uma mudança nas práticas de gestão pública, garantindo a integração e a qualidade dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2005). Esse processo vai além da simples organização dos serviços, abrangendo também a qualificação da gestão local, com ênfase no planejamento, monitoramento e avaliação das ações realizadas. Além disso, a qualidade dos serviços prestados deve ser uma responsabilidade compartilhada entre os diferentes níveis da administração pública e a sociedade civil, promovendo uma atuação mais articulada e eficaz..

Um ponto importante destacado pelo Censo SUAS (2021) é a necessidade de um processo contínuo de avaliação do SUAS, com objetivo de monitorar a eficiência e eficácia. O Censo também destaca que o SUAS deve ser flexível, adaptando-se às novas demandas da sociedade, utilizando as informações obtidas a partir da avaliação e do monitoramento contínuo para melhorar a qualidade e a abrangência dos serviços oferecidos. Além disso, a gestão participativa e o envolvimento da comunidade são fundamentais para o sucesso do SUAS, pois garantem que as políticas de assistência social estejam alinhadas às reais necessidades da população (CENSO SUAS, 2021).

Além disso, o SUAS é baseado na intersetorialidade, ou seja, na integração entre os diversos setores da política pública. A articulação entre serviços de saúde, educação, segurança e assistência social é fundamental para uma abordagem mais eficaz dos problemas sociais. Como afirma Silva (2018), a intersetorialidade permite que as políticas públicas sejam mais coerentes e completas, atendendo a um espectro mais amplo de necessidades da população. A implementação de ações intersetoriais no âmbito do SUAS favorece a construção de um atendimento integrado e amplo, capaz de dar resposta às diversas dimensões da vulnerabilidade social.

No âmbito da assistência social no Distrito Federal, por exemplo, o SUAS tem demonstrado grande importância para a promoção da cidadania e a redução das desigualdades sociais. De acordo com o Relatório de Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES, 2017), o SUAS no DF tem se destacado pela organização de serviços socioassistenciais com foco na proteção social básica e especializada, bem como pela implementação de programas voltados para a qualificação do atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a rede de serviços de assistência social no DF tem se ampliado e diversificado, com a criação de novos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e a implementação de novos programas de atenção a grupos em situação de risco.

O SUAS representa um grande avanço na organização da assistência social no Brasil, estruturando um modelo que busca garantir a universalização dos direitos sociais, a descentralização da gestão pública e a atuação intersetorial. A intersetorialidade é um dos pilares fundamentais para a efetividade das políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e à superação da vulnerabilidade social. Como ressalta Nascimento (2010), essa abordagem tem como objetivo promover a articulação entre instituições governamentais e a sociedade civil, tornando a implementação das políticas mais eficiente e eficaz. Para que o

SUAS seja implementado de forma eficaz, e essencial não apenas para garantir articulação entre diferentes setores, mas também investir continuamente no fortalecimento de gestão e na qualificação dos profissionais que atuam diretamente com a população.

Como destaca Comerlato et al. (2011), a intersetorialidade é um processo de governança que envolve a participação popular e o controle social na construção das políticas públicas. Esse processo reforça a necessidade de práticas institucionais integradas e de uma formação adequada para os profissionais, permitindo-lhes enfrentar a complexidade dos desafios sociais de maneira mais eficiente.

2.5 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS)

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS) foi instituída pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de normatizar e organizar a prestação dos serviços no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2009). De acordo com o CNAS (2009), a TNSS define parâmetros técnicos essenciais para a execução dos serviços socioassistenciais, estabelecendo diretrizes sobre seus objetivos, público-alvo, formas de acesso e os resultados esperados. Essa padronização visa garantir maior efetividade na implementação das políticas socioassistenciais, assegurando transparência e equidade no atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS) foi criada com o intuito de normatizar e organizar os serviços de assistência social dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A TNSS classifica os serviços em duas grandes categorias: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de acordo com o nível de vulnerabilidade e risco social que os indivíduos e famílias atendidos enfrentam (BRASIL, 2009). Dessa forma, a tipificação visa garantir maior organização, clareza e eficiência na implementação das políticas de assistência social, assegurando um atendimento mais qualificado à população em situação de risco.

1. Proteção Social Básica – Voltada à prevenção de riscos sociais, busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Entre seus principais serviços estão:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado nos CRAS, que trabalha o fortalecimento das famílias ;

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que promove atividades socioeducativas para diferentes faixas etárias.

2. Proteção Social Especial – Destinada ao atendimento de pessoas que já vivenciam situações de risco e violação de direitos. Divide-se em:

3, Média complexidade: Serviços como o PAEFI, ofertado nos CREAS, que atende demais famílias em situação de violência;

- Alta complexidade: Abrange os serviços de acolhimen

3. DISTRITO FEDERAL: FORMAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL

Neste capítulo, que trata do contexto social, político e econômico do Distrito Federal, foram utilizados materiais de autores que abordam especificamente essa temática, bem como documentos oficiais que contribuem para a compreensão aprofundada da realidade da região. Esses recursos permitiram a construção de uma análise fundamentada e atualizada sobre o DF.

O Distrito Federal (DF) é uma unidade federativa que se destaca não apenas pela sua peculiaridade política, mas também pela sua complexa formação histórica, social e econômica. A criação do DF remonta à decisão do governo federal de transferir a capital do Brasil de Rio de Janeiro para um local mais centralizado no país, com o objetivo de reduzir a concentração de poder nas regiões costeiras e promover o desenvolvimento do interior. O planejamento para a construção de Brasília, como a nova capital federal, começou na década de 1950, e foi oficialmente inaugurado em 21 de abril de 1960, com a instalação dos principais órgãos do governo federal. Segundo Holston (1993), a escolha do local foi baseada na estratégia de promover a integração nacional e impulsionar a colonização do interior do Brasil, buscando, assim, o desenvolvimento de uma região que ainda era predominantemente rural e escassamente povoada.

Do ponto de vista histórico, o Distrito Federal foi inicialmente caracterizado por uma grande escassez de infraestrutura e serviços públicos, visto que a área onde Brasília foi construída era, em sua maior parte, composta por vastas regiões de cerrado, sem a infraestrutura básica necessária para abrigar uma grande cidade. A construção de Brasília, inaugurada em 1960, representou um marco no desenvolvimento do Brasil, simbolizando a modernização e a interiorização do país (HOLSTON, 1993). Esse empreendimento atraiu migrantes de diversas regiões, especialmente do Nordeste, em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Essa intensa migração resultou em rápida urbanização, mas também evidenciou desigualdades sociais significativas. Muitos trabalhadores enfrentam dificuldades de acesso a serviços básicos, como educação e saúde, além de serem relegados a áreas periféricas, contribuindo para a formação das cidades-satélites ao redor do Plano Piloto.

No que tange ao contexto social do Distrito Federal, é importante destacar que, ao longo dos anos, a capital foi se tornando um polo de concentração de poder e riqueza. A presença do governo federal e de seus órgãos, como ministérios, autarquias e empresas

públicas, configurou o DF como um centro econômico e administrativo. No entanto, Martins (2019) aponta que essa concentração de poder gerou desigualdades socioeconômicas, pois grande parte da população do DF tem vínculo com o setor público, o que traz consigo uma alta dependência das políticas federais para sustentar a economia local.

A classe trabalhadora do DF, que tem se caracterizado principalmente por servidores públicos, têm uma relação ambígua com a cidade. Por um lado, ela representa uma estabilidade econômica e política, uma vez que o setor público, como principal fonte de emprego, garante salários relativamente mais altos do que em outras regiões do Brasil. Por outro lado, o Distrito Federal também enfrenta desigualdades acentuadas, especialmente em áreas periféricas da cidade, como em algumas regiões administrativas (RAs), como o Gama, Santa Maria e São Sebastião, que sofrem com a falta de infraestrutura e serviços básicos, como educação de qualidade, saúde e segurança pública. Segundo Codeplan (2007), embora o DF seja uma região com boas condições, se comparada com outras partes do Brasil, a desigualdade de renda é um problema crescente, com uma parcela significativa da população vivendo em situação de vulnerabilidade social.

A formação política do DF é bastante singular. O Governador do Distrito Federal exerce funções semelhantes às dos governadores dos estados, como administrar o território, coordenar políticas públicas e gerenciar recursos. No entanto, há algumas diferenças importantes: o DF não é dividido em municípios, então o governador acumula funções que, em outros estados, são desempenhadas pelos prefeitos. Além disso, o DF é o único estado brasileiro onde o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário estão diretamente relacionados com a administração da União, refletindo a centralização de poder no país.

O sistema de governança local também se caracteriza pela presença de um Legislativo Distrital, que tem a função de aprovar leis específicas para o DF. Porém, a gestão pública no Distrito Federal enfrenta desafios relacionados à descentralização e à gestão participativa, que nem sempre consegue atender às necessidades da população. A desigualdade social, associada à exclusão de determinadas camadas da população da infraestrutura urbana e dos serviços sociais essenciais, é uma questão central nas discussões políticas e administrativas da cidade. A implementação de políticas públicas no Distrito Federal, especialmente nas áreas de educação, saúde e habitação, enfrenta desafios devido à falta de integração entre os diferentes níveis de governo e à burocracia que dificulta o processo de tomada de decisões.

Nos últimos anos, o crescimento populacional do Distrito Federal tem sido constante, embora a taxas mais lentas. De acordo com os dados do IBGE (2023), a população estimada

do DF é de aproximadamente 3.167.502 milhões de habitantes, e espera-se que esse número cresça para cerca de 3.307.883 habitantes até 2027. Esse aumento da população, em grande parte impulsionado pela migração de pessoas de outras partes do Brasil, coloca pressão sobre a infraestrutura, especialmente em regiões periféricas da cidade, que ainda carecem de serviços públicos essenciais, como transporte, saneamento e habitação.

Em relação à infraestrutura e serviços básicos, o DF possui um complexo sistema de governança e rede de serviços públicos, como saúde, educação, segurança e assistência social, no entanto, Cavalcante e Pires (2018) destaca que essas áreas enfrentam dificuldades na execução de políticas públicas eficientes, devido à falta de integração entre os serviços e à grande dependência dos recursos federais, que muitas vezes não são alocados de maneira equitativa, prejudicando a população em situação de maior vulnerabilidade. A falta de infraestrutura básica nas regiões periféricas e o alto custo da vida em algumas áreas centrais tornam o DF um local paradoxal, onde a riqueza convive com a pobreza extrema.

Em conclusão, o contexto histórico, social e político do Distrito Federal é marcado por uma complexa evolução urbana, que, embora tenha garantido um avanço em termos de infraestrutura e desenvolvimento, também trouxe consigo desafios em relação à desigualdade social e à gestão pública. O DF segue sendo um centro de poder político e administrativo, mas também enfrenta grandes desigualdades que exigem uma atenção cada vez maior por parte das políticas públicas e da sociedade civil organizada.

Apesar das grandes potencialidades do Distrito Federal, acredita-se que a superação das desigualdades depende de uma integração mais eficiente entre os diferentes níveis de governo, aliada a uma maior participação da sociedade civil. Somente por meio dessa colaboração será possível construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.1 Diagnóstico Social do Distrito Federal

O Distrito Federal (DF), sede da capital brasileira, Brasília, apresenta indicadores sociais que refletem tanto avanços significativos quanto desafios persistentes. A seguir, são destacados alguns aspectos relevantes do diagnóstico social da região.

O Distrito Federal enfrenta desafios significativos relacionados à pobreza e à desigualdade social, mesmo com seu desenvolvimento superior em relação a outras unidades da federação. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que reflete os aspectos da exclusão e fragilidade social da população, demonstrou em 2020 que, embora a maioria das Regiões

Administrativas (RAs) do DF apresentem baixos níveis de vulnerabilidade, ainda existem áreas críticas, especialmente nas periferias urbanas (CODEPLAN, 2020). Santos e Dias (2016) destacam que, embora os indicadores sociais do DF estejam acima da média nacional, as desigualdades permanecem evidentes nas áreas periféricas, onde o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e segurança é precário. Essa concentração da pobreza em RAs mais afastadas do centro político evidencia uma segregação socioespacial preocupante.

No campo da educação, o sistema público do Distrito Federal tem buscado melhorias contínuas, embora persistam desigualdades. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021 indicou uma taxa de analfabetismo de 3,5% entre pessoas com 15 anos ou mais, índice abaixo da média nacional (CODEPLAN, 2021). Ainda assim, desafios como a evasão escolar e a qualidade do ensino persistem, principalmente em regiões com maior vulnerabilidade. Segundo a Secretaria de Estado de Educação do DF (2022), embora haja avanços no acesso e na estrutura educacional, a desigualdade educacional nas áreas periféricas compromete o desenvolvimento igualitário.

O acesso à saúde no DF é relativamente amplo, com uma rede de unidades públicas distribuídas por todo o território. No entanto, a qualidade dos serviços varia consideravelmente entre as regiões. A Codeplan (2021) ressalta que existem disparidades importantes na oferta e no atendimento em saúde, refletindo as desigualdades socioeconômicas. Andrade e Rocon (2023) observam que, mesmo com elevados investimentos públicos, o acesso à saúde de qualidade ainda é limitado nas regiões mais pobres, comprometendo a equidade no sistema de saúde.

As condições de habitação e infraestrutura também revelam contrastes marcantes. A Codeplan (2020) identificou problemas como a falta de saneamento básico, iluminação e pavimentação em diversas áreas do DF, sobretudo nas periferias urbanas. Lancellotti e Guinancio (2022) apontam que, apesar do crescimento urbano acelerado de Brasília, as políticas habitacionais não têm conseguido acompanhar a demanda da população de baixa renda, o que resulta no aumento de favelas e ocupações irregulares.

Em relação ao mercado de trabalho, o Distrito Federal apresenta altos índices de formalização, principalmente devido à forte presença do setor público. Entretanto, a Codeplan (2020) alerta para os desafios da informalidade e da concentração econômica no funcionalismo público. A falta de diversificação produtiva torna o DF vulnerável a crises fiscais e limita a geração de emprego no setor privado, afetando diretamente a população de baixa renda.

A segurança alimentar também é uma questão central no contexto social do DF. A Codeplan (2016) enfatiza que, embora existam políticas de distribuição de alimentos e incentivos à agricultura familiar, a desigualdade no acesso a alimentos saudáveis persiste. As regiões com maior vulnerabilidade econômica enfrentam mais dificuldades para manter uma alimentação adequada, o que agrava a insegurança alimentar.

No que se refere à cultura e lazer, o Distrito Federal possui uma diversidade de centros culturais, teatros e atividades de lazer, mas o acesso a esses bens culturais é desigual. Segundo a Codeplan (2020), as regiões periféricas apresentam menor infraestrutura cultural. O IPEA (2020) reforça que, embora a cultura seja uma ferramenta potente de integração social, ela ainda é pouco acessível às populações mais vulneráveis.

A segurança pública, embora tenha apresentado melhorias, continua sendo uma preocupação constante. A Codeplan observou queda na taxa de homicídios, mas ainda existem altos índices de violência em determinadas RAs. Para Lucidarium (2023), a presença de órgãos federais e militares no DF não tem sido suficiente para conter a violência nas regiões periféricas, onde a urbanização desordenada e a exclusão social favorecem o aumento da criminalidade.

A questão ambiental também está presente no diagnóstico social do DF. Apesar de possuir unidades de conservação importantes, como o Parque Nacional de Brasília, o crescimento urbano desenfreado tem impactado significativamente o meio ambiente. Souza (2002) destaca que a biodiversidade única do Cerrado brasiliense tem sido ameaçada pelo desmatamento, poluição e destruição de habitats naturais, exigindo políticas ambientais mais eficazes e participativas.

Por fim, a participação social no DF tem sido estimulada por meio de conselhos, audiências públicas e programas de engajamento comunitário. Contudo, a Codeplan (2020) reconhece que ainda existem obstáculos à inclusão plena da população nos processos decisórios, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. A construção de políticas públicas eficazes depende, portanto, não apenas de diagnósticos sociais precisos, mas também da participação ativa da sociedade civil organizada e da superação das desigualdades estruturais que persistem no território do Distrito Federal.

3.2 Distrito Federal e as Regiões Administrativas (RAs)

O Distrito Federal (DF) é uma unidade federativa brasileira localizada na região Centro-Oeste do país, cuja principal característica é abrigar a capital nacional, Brasília, onde

estão sediados os três poderes da República. Diferente dos demais entes federativos, o DF não integra nenhum estado, possuindo uma estrutura administrativa própria. Sua organização territorial é composta por Regiões Administrativas (RAs) governamentais da população. De acordo com a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (SEGOV, 2023), essas RAs contam com administrações regionais responsáveis por coordenar políticas públicas locais sob a supervisão direta do Governo do Distrito Federal.

As Regiões Administrativas (RAs) compõem a estrutura organizacional do Distrito Federal e são delimitadas com base em critérios geográficos, populacionais e administrativos. Embora não tenham status de municípios, essas regiões possuem características próprias e contam com autonomia administrativa limitada. Cada RA é gerida por uma Administração Regional, vinculada diretamente ao Governo do Distrito Federal (GDF), sendo responsável pela execução de políticas públicas locais nas áreas de saúde, educação, segurança, esporte, entre outras.

O objetivo central desse modelo é descentralizar os serviços públicos, promovendo uma gestão mais próxima da população e capaz de atender às demandas específicas de cada território. Conforme previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF, 1993), as Regiões Administrativas funcionam como instrumentos de articulação entre o Estado e a sociedade, facilitando o acesso aos direitos e melhorando a eficiência da administração pública.

Atualmente, o Distrito Federal é dividido em 31 Regiões Administrativas (RAs). Essas RAs variam em termos de tamanho, densidade populacional e características sociais. Algumas RAs, como o Plano Piloto, onde se localiza a capital Brasília, têm alta densidade populacional e são mais desenvolvidas economicamente, abrigando o centro político e administrativo do país. Já outras regiões, como Santa Maria e Recanto das Emas, apresentam características mais periféricas e, em muitos casos, uma população que enfrenta maiores desafios relacionados à pobreza e à exclusão social (GDF, 2022).

O Plano Piloto é, sem dúvida, a RA mais conhecida, pois é o coração de Brasília, concentrando a maior parte das funções administrativas e políticas. Além disso, é nesta região onde se encontram as principais atrações turísticas, como o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e a Catedral de Brasília. No entanto, as demais RAs também desempenham papéis importantes na vida cotidiana dos brasilienses, sendo responsáveis por atender a população em diversas áreas, como saúde, educação e segurança. Taguatinga, por exemplo, é uma das Regiões Administrativas mais populosas e comerciais, com um grande centro de compras e um desenvolvimento expressivo na área de serviços e comércio (CODEPLAN, 2021).

Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2021), cada Região Administrativa (RA) do Distrito Federal apresenta realidades sociais e econômicas distintas, refletindo a diversidade interna do território. Essas regiões podem ser agrupadas com base em critérios como nível de desenvolvimento urbano, infraestrutura e acesso a serviços públicos. As áreas centrais, como o Plano Piloto, Asa Norte e Asa Sul, geralmente oferecem melhores condições de vida, com ampla cobertura de saúde, educação e lazer. Em contrapartida, as administrações regionais têm a missão de coordenar o funcionamento dos serviços de saúde, educação, infraestrutura e segurança dentro de suas respectivas áreas. Além disso, elas promovem o atendimento direto à população, com serviços como a emissão de documentos, informações sobre programas sociais e a gestão de programas de mobilidade urbana. Apesar da descentralização proporcionada pelas RAs, existem desafios significativos relacionados à desigualdade de acesso a serviços e à distribuição desigual de recursos entre as diferentes regiões do DF.

Embora algumas regiões, como o Plano Piloto e Águas Claras, possuem maior infraestrutura e melhores índices de qualidade de vida, outras, como São Sebastião e Recanto das Emas, enfrentam dificuldades significativas em termos de infraestrutura básica, saúde, educação e segurança. O GDF tem se esforçado para reduzir essas desigualdades por meio de investimentos e políticas públicas que priorizam as áreas mais carentes, buscando uma gestão mais eficiente e igualitária entre as diversas regiões (GDF, 2022).

Esses desafios refletem a necessidade de uma melhor distribuição de investimentos públicos, de modo a garantir que as RAs mais periféricas também tenham acesso a um desenvolvimento sustentável e a um padrão de qualidade de vida compatível com os demais centros urbanos do DF. Além disso, a mobilidade urbana e o transporte público são temas que ainda demandam atenção nas RAs mais afastadas, sendo um dos principais focos de intervenção do governo local. As Regiões Administrativas são de extrema importância para o planejamento urbano e para a execução de políticas públicas eficazes no Distrito Federal. Elas possibilitam a articulação de ações que atendem de forma mais direta as necessidades locais, permitindo a execução de programas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura com maior eficiência. Por exemplo, a criação de unidades de saúde, escolas e centros de convivência social nas RAs ajuda a descentralizar os serviços e a evitar que a população precise se deslocar para regiões mais centrais para acessar os serviços básicos (CODEPLAN, 2021).

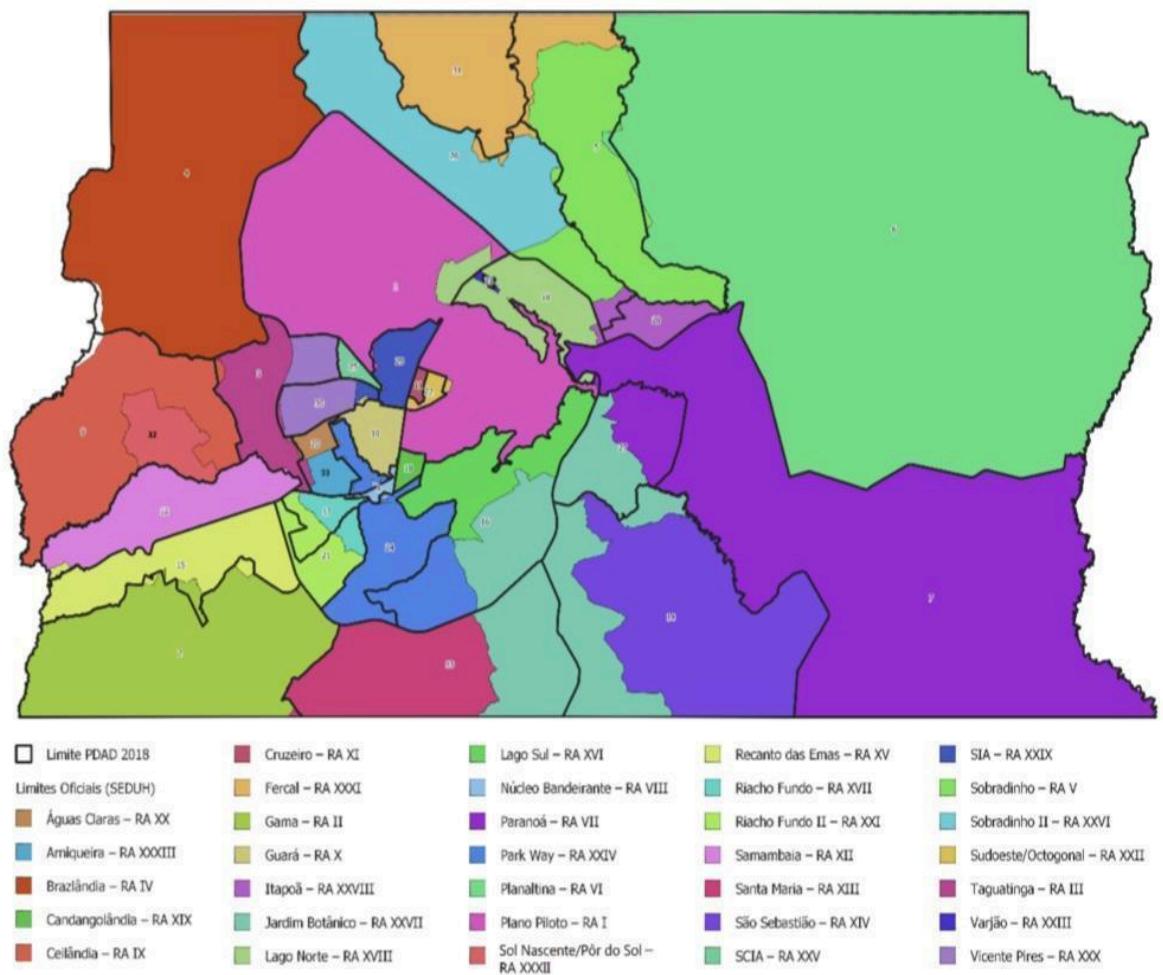
A organização das Regiões Administrativas (RAs) desempenha um papel essencial no planejamento e desenvolvimento ordenado do Distrito Federal. As administrações regionais são responsáveis por gerenciar espaços públicos, coordenar a implementação de novas áreas residenciais e comerciais, além de planejar e supervisionar a infraestrutura urbana, como os sistemas de transporte e mobilidade. Essas ações devem ser realizadas considerando as particularidades socioeconômicas de cada região, o que contribui para um crescimento urbano mais equilibrado, sustentável e centrado na melhoria da qualidade de vida da população. Segundo a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (SEGOV, 2022), a descentralização administrativa proporcionada pelas RAs é um instrumento estratégico para promover uma gestão pública mais próxima da realidade local e mais eficaz na resolução das demandas da comunidade.

Em síntese, as Regiões Administrativas (RAs) desempenham um papel estratégico na gestão pública e no desenvolvimento territorial do Distrito Federal. Ao promoverem uma administração descentralizada, essas unidades permitem maior proximidade entre o governo e a população, facilitando a distribuição mais equitativa dos serviços públicos e o atendimento às demandas específicas de cada localidade. Embora o modelo de descentralização administrativa tenha gerado avanços significativos, ainda persistem desafios relacionados à desigualdade socioespacial e à necessidade de investimentos equilibrados entre as regiões. De acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2021), a superação dessas desigualdades depende de ações coordenadas entre as administrações regionais, o Governo do Distrito Federal e a sociedade civil, visando uma gestão mais participativa e um desenvolvimento urbano sustentável.

O Distrito Federal é subdividido em 35 Regiões Administrativas (RAs), conforme estabelecido pela Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, são elas:

- Água Quente (RA XXXV)
- Araponga (RA XXXIV)
- Águas Claras (RA XX)
- Arniqueira (RA XXXIII)
- Brazlândia (RA IV)
- Candangolândia (RA XIX)
- Ceilândia (RA IX)
- Cruzeiro (RA XI)

- Fercal (RA XXXI)
- Gama (RA II)
- Guará (RA X)
- Itapoã (RA XXXVIII)
- Jardim Botânico (RA XXVII)
- Lago Norte (RA XVIII)
- Lago Sul (RA XVI)
- Núcleo Bandeirante (RA VIII)
- Paranoá (RA VII)
- Park Way (RA XXIV)
- Planaltina (RA VI)
- Plano Piloto (RA I)
- Recanto das Emas (RA XV)
- Riacho Fundo (RA XVII)
- Riacho Fundo II (RA XXI)
- Samambaia (RA XXII)
- Santa Maria (RA XIII)
- São Sebastião (RA XIV)
- SCIA /Estrutural (RA XXV)
- SIA (RA XXIX)
- Sobradinho (RA V)
- Sobradinho II (RA XXVI)
- Sol Nascente e Pôr do Sol (RA XXX II)
- Sudoeste/Octogonal (RA XXII)
- Taguatinga (RA III)
- Varjão (RA XXIII)
- Vicente Pires (RA XXX)



Fonte CODEPLAN:

3.3 Serviços socioassistenciais ofertados no Distrito Federal:

Os serviços socioassistenciais do Distrito Federal desempenham um papel essencial na garantia de direitos e na promoção da cidadania para populações em situação de vulnerabilidade social. Organizados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e fundamentados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), esses serviços incluem ações como o atendimento nos CRAS, CREAS, SCFV e Centros POP, oferecendo apoio psicossocial, encaminhamentos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF, em 2022, mais de 660 mil atendimentos foram realizados nas unidades do CRAS, o que evidencia a importância e o alcance dessa rede pública de proteção (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2022).

Os Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Um dos principais serviços socioassistenciais do Distrito Federal é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), voltado para a promoção da proteção social básica. O PAIF tem como objetivo apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social, oferecendo orientação, apoio psicossocial e acompanhamento contínuo para garantir o respeito e a garantia dos direitos dessas famílias. Esse serviço busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenindo a ruptura familiar e outras situações de fragilidade social. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDEST, 2022), o PAIF funciona como uma porta de entrada para diversos outros serviços e programas de assistência social no DF, promovendo a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma importante estratégia do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) voltada para a proteção social básica, destinada a grupos vulneráveis como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Seu principal objetivo é promover a convivência comunitária, fortalecer vínculos familiares e sociais, prevenir situações de risco e garantir o desenvolvimento integral dos usuários. Conforme a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), o SCFV deve oferecer atividades socioeducativas, culturais e de lazer que incentivem a autonomia e a inclusão social dos participantes. Assim, o SCFV contribui diretamente para a construção de uma rede de proteção social e para a promoção da cidadania.

Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Os serviços de acolhimento institucional no Distrito Federal desempenham um papel fundamental, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes em situação de abandono ou risco social. O Centro de Acolhimento é um desses serviços, destinado a crianças e adolescentes que não podem permanecer em seus lares devido a situações de violência, negligência ou abandono. O objetivo principal é proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, garantindo cuidados adequados e acompanhamento psicológico, enquanto são exploradas alternativas de reintegração familiar ou adoção. A Secretaria de Desenvolvimento Social tem realizado investimentos contínuos na melhoria da rede de acolhimento, visando

garantir condições mais dignas e um atendimento humanizado para essas crianças e adolescentes (SEDEST, 2022).

Centro POP - Atendimento à População em Situação de Rua

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) é um serviço da proteção social especial do SUAS, que oferece acolhimento diurno, apoio psicossocial, alimentação, espaço para higiene, guarda de pertences e encaminhamentos para outros serviços. Seu objetivo é garantir proteção social e promover a inclusão, conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2011). No Distrito Federal, segundo a SEDEST (2022), o Centro POP tem sido essencial para garantir direitos básicos e fortalecer a autonomia das pessoas em situação de rua.

Atendimento à População Idosa

De acordo com a Portaria nº 46/2006 do Ministério do Desenvolvimento Social, os serviços socioassistenciais voltados à pessoa idosa devem promover a autonomia, o convívio familiar e comunitário, e o acesso a direitos (BRASIL, 2006). No Distrito Federal, diante do crescimento da população idosa, a Secretaria de Desenvolvimento Social tem ampliado a oferta de centros de convivência, visitas domiciliares e ações que assegurem um envelhecimento digno. Em 2021, o GDF criou novos espaços e intensificou o atendimento a esse público (SEDES-DF, 2021).

Atenção à Pessoa com Deficiência

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), é dever do Estado garantir às pessoas com deficiência o acesso a direitos e oportunidades em igualdade com os demais. No Distrito Federal, o governo tem investido em serviços voltados à acessibilidade, inclusão social e promoção da autonomia desse público. A SEDES desenvolve ações intersetoriais que envolvem educação, saúde, trabalho e cultura, com foco na eliminação de barreiras e na participação plena na sociedade (SEDES-DF, 2022).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2021) e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2021), os serviços socioassistenciais no Distrito Federal desempenham um papel essencial na promoção da equidade social e no fortalecimento da cidadania, garantindo o acesso a direitos básicos como saúde, educação, alimentação e proteção social. Conforme a Política Nacional de Assistência Social de 2004

(BRASIL, 2004), a assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, voltada para a proteção de pessoas e famílias em situação de risco.

Esses serviços contribuem para a prevenção de situações de risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, e promovendo a inclusão social e a autonomia dos indivíduos atendidos. A gestão descentralizada do SUAS possibilita uma atuação integrada e territorializada, ampliando o alcance e a efetividade das políticas públicas (BRASIL, 2021). Diante do crescimento da população vulnerável e do aumento das desigualdades sociais no Distrito Federal, os serviços socioassistenciais assumem papel estratégico no atendimento às demandas emergentes, promovendo cidadania, inclusão e desenvolvimento humano, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados, como crianças, idosos e pessoas com deficiência (BRASIL, 2018; BRASIL, 2021).

Assim, esses serviços são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, reafirmando o compromisso do Estado com a garantia dos direitos humanos e a redução das desigualdades.

4. A REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE, SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E A REDE SOCIAL LOCAL

Este último capítulo tem como foco a Região Administrativa do Gama, eixo central do presente trabalho. Para sua elaboração, foram utilizados documentos normativos e institucionais relacionados à política de assistência social, além de informações obtidas a partir da vivência no estágio supervisionado obrigatório realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Gama. Essa experiência prática proporcionou um contato direto com o território e seus desafios, permitindo compreender de forma mais sensível e concreta o papel da assistência social frente às desigualdades que marcam a região.

A Região Administrativa do Gama, localizada no Distrito Federal (DF), apresenta um contexto histórico, social e político bastante singular, influenciado por sua origem e desenvolvimento urbano ao longo das décadas. Criada inicialmente para servir como núcleo de apoio à construção de Brasília, sua ocupação teve início na década de 1950, quando o planejamento da nova capital começou a ser executado. Oficialmente instituído em 1961, o Gama tinha como propósito inicial abrigar os trabalhadores envolvidos nas obras da capital federal. Segundo a Folha do Gama (2024), a região surgiu em um momento de intensificação da urbanização do DF, e desde então tem passado por um processo de crescimento acelerado, consolidando-se como um dos principais pólos urbanos do Distrito Federal.

Historicamente, o Gama passou por um processo de desenvolvimento marcado por desigualdades, com áreas que se urbanizaram rapidamente e outras que cresceram de forma desordenada e sem o devido planejamento urbano. Durante suas primeiras décadas, a cidade enfrentava deficiências significativas em infraestrutura e na oferta de serviços públicos essenciais. Segundo Cidade (2009), a expansão do Gama ocorreu de maneira fragmentada, o que acentuou as disparidades no acesso a direitos básicos como saúde, educação e transporte. Essa realidade pode ser observada nas rotinas de atendimento do CRAS, em que muitos usuários relatam dificuldades no acesso a equipamentos públicos, principalmente em regiões mais afastadas, como o Engenho das Lajes e a zona rural.

No contexto social, o Gama é uma cidade que atraiu uma população diversa, composta por migrantes de várias regiões do país. A maioria dos moradores possui renda média baixa e atua majoritariamente no setor de serviços ou no comércio informal. De acordo com o IBGE (2023), a população da cidade ultrapassa os 100 mil habitantes, com uma significativa parcela

em situação de vulnerabilidade. O contato com essas famílias, durante o estágio, evidenciou múltiplas expressões da questão social: desemprego, insegurança alimentar, violência doméstica, dificuldades educacionais e falta de acesso a políticas públicas integradas. Esses elementos revelam a complexidade dos atendimentos e reforçam a importância do trabalho em rede.

Politicamente, o Gama integra o cenário administrativo do Distrito Federal, mas apresenta particularidades que exigem atenção específica das políticas públicas. Barroso (2024) aponta que, embora geograficamente próxima ao Plano Piloto, a cidade ainda sofre com a escassez de investimentos estruturantes. Em contrapartida, destaca-se pela mobilização de movimentos comunitários e instituições locais. A inserção nas reuniões da Rede Intersetorial do Gama durante o estágio evidenciou o protagonismo de atores locais — como escolas, unidades de saúde, conselhos tutelares, Ministério Público, ONGs e associações de moradores — que articulam esforços para responder de forma coletiva às demandas do território. Nessas reuniões, observou-se a tentativa de superar a fragmentação entre os serviços por meio da construção de fluxos, encaminhamentos e ações integradas.

No que se refere à infraestrutura, embora o Gama tenha avançado em alguns aspectos nas últimas décadas, ainda há importantes lacunas. Segundo a Codeplan (2015), permanecem problemas relacionados ao saneamento, mobilidade e à rede de equipamentos públicos. Essa precariedade foi constantemente mencionada nas escutas sociais realizadas no CRAS, com destaque para a dificuldade de acesso ao transporte público em horários noturnos e fins de semana, o que impacta diretamente na busca por trabalho, saúde e educação.

No campo educacional, apesar da presença de escolas públicas e privadas, há desafios significativos no que tange à permanência e ao desempenho dos estudantes. Cabral e Yannoulas (2021) ressaltam que o investimento em educação tem sido insuficiente para atender à demanda de regiões como o Gama, o que agrava a exclusão social. Em atendimentos realizados no CRAS, foi recorrente o relato de famílias com crianças em situação de evasão escolar ou com dificuldades de acesso a serviços de apoio pedagógico e psicológico. A articulação entre os serviços de assistência social e a Coordenação Regional de Ensino, realizada por meio da rede intersetorial, se mostra fundamental para a elaboração de estratégias de enfrentamento desses desafios.

Apesar das dificuldades estruturais, o Gama tem buscado caminhos para a inclusão social por meio de programas federais e locais, como o Bolsa Família, o DF Social, programas de qualificação profissional e projetos comunitários. O CRAS atua como porta de

entrada para essas políticas, realizando a escuta qualificada, o acompanhamento familiar e os devidos encaminhamentos. Durante o estágio, foi possível acompanhar o funcionamento de comissões e grupos de trabalho articulados com outros serviços da rede, demonstrando que, mesmo diante da escassez de recursos, há um esforço coletivo por parte dos profissionais para garantir o acesso a direitos.

Ainda assim, os desafios permanecem expressivos. A falta de um planejamento urbano que acompanhe o crescimento populacional e a ausência de uma política pública mais integrada comprometem a efetividade das ações. Dados da Codeplan (2021) apontam que regiões periféricas do Gama concentram altos índices de vulnerabilidade social, o que demanda respostas intersetoriais e territorializadas. A vivência de estágio permitiu compreender como a atuação em rede — quando fortalecida — pode potencializar o impacto das políticas públicas, especialmente ao possibilitar o compartilhamento de responsabilidades e a construção de respostas mais adequadas às realidades locais.

O Gama, portanto, representa as contradições do desenvolvimento no Distrito Federal: ao mesmo tempo em que apresenta dinamismo social e político, enfrenta graves desigualdades. Conforme Freitas (2013), os avanços conquistados nas últimas décadas são importantes, mas insuficientes diante da complexidade das demandas. A experiência prática junto ao CRAS e à rede intersetorial permitiu vivenciar as tensões cotidianas do trabalho social, ao mesmo tempo em que evidenciou a potência da articulação entre diferentes setores e instituições no enfrentamento das vulnerabilidades que atingem a população da cidade.

4.1 A organização do Gama

A Região Administrativa do Gama, no Distrito Federal, é uma das 35 RAs e é composta por uma divisão geográfica que abrange tanto áreas urbanas quanto rurais. Essa estrutura visa facilitar o acesso aos serviços públicos e organizar a distribuição da população. O núcleo urbano de Gama é a parte mais densamente povoada, possuindo uma infraestrutura mais desenvolvida e acessível. Nele, estão localizadas as principais vias de transporte, comércios, escolas, hospitais e centros administrativos. A cidade é organizada em setores habitacionais como Setor Central, Setor Sul, Setor Norte, Setor Leste e Setor Oeste, cada um com uma combinação de residências, comércio e serviços, com algumas áreas mais comerciais e outras voltadas para moradias (SILVA, 2019).

Dentro do núcleo urbano, o Gama possui vários setores habitacionais, que são subdivididos para organizar a ocupação do solo. Alguns setores possuem uma característica

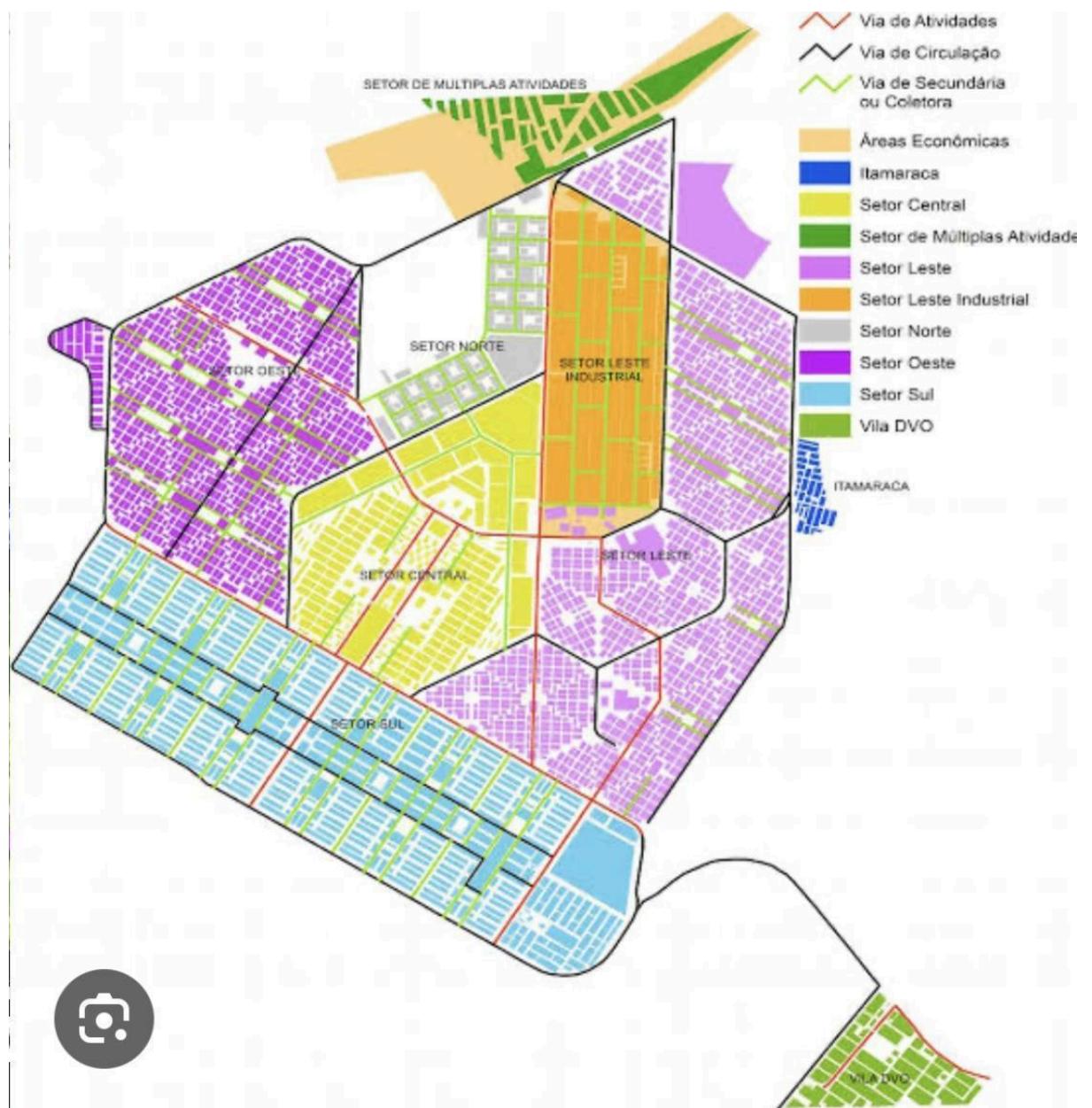
mista, com espaços residenciais, comerciais e de serviços, enquanto outros são predominantemente residenciais. Além disso, existem áreas comerciais importantes como a Feira Permanente, que funciona como um grande centro de comércio e bazar, abastecendo a população local e das regiões vizinhas.

Segundo dados da Administração Regional do Gama (2024), além do núcleo urbano, o Gama também inclui uma extensa área rural, que é composta por: Núcleo Rural Monjolo, Colônia Agrícola Ponte Alta, Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de baixo, Ponte Alta Norte e Alagado, que vai até as margens do Rio Descoberto, uma importante reserva de água do Distrito Federal. A área rural de Gama é composta por diversas fazendas e propriedades agrícolas, que ainda mantêm atividades voltadas para a agropecuária, com destaque para a produção de leite, grãos e outros produtos agrícolas. Embora a urbanização tenha avançado significativamente, essa área rural ainda desempenha um papel importante na economia local.

A cidade de Gama é dividida em bairros e quadras que são responsáveis por organizar ainda mais a distribuição da população e facilitar a oferta de serviços e infraestrutura. Bairros como Bairro Novo, Santa Maria, Vila Nova, Setor de Mansões, entre outros, são parte importante da organização espacial de Gama. Cada bairro ou quadra possui características próprias de moradia, comércio e serviços. Em algumas áreas, como o Setor de Mansões, é possível observar um perfil de ocupação mais voltado para residências de maior padrão.

Nos últimos anos, Gama tem experimentado uma expansão urbana significativa, com novos loteamentos e a criação de bairros periféricos. Esta área de expansão inclui novos setores habitacionais que estão sendo desenvolvidos para atender à crescente demanda por moradia. Além disso, a expansão tem sido acompanhada pela melhoria das vias de acesso e infraestrutura, conectando essas áreas periféricas com o centro urbano e outras regiões do Distrito Federal.

Em resumo, Gama é uma região administrativa bastante diversificada, com uma divisão que abrange o núcleo urbano, áreas comerciais, setores residenciais e vastas áreas rurais. Cada uma dessas áreas desempenha um papel importante na dinâmica socioeconômica e territorial da cidade, refletindo tanto o processo de urbanização quanto a manutenção de espaços rurais e ambientais.



Fonte: Administração Regional do Gamaa

4.2 A Rede Social local da Região Administrativa do Gama

A rede social local do Gama, assim como em outras regiões, surgiu como uma resposta às necessidades da população, especialmente nas áreas de assistência social, saúde, educação e segurança pública. Com a expansão do Distrito Federal nas últimas décadas do século XX, o Gama se tornou uma das Regiões Administrativas com maior demanda por políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a construção da rede social local teve como objetivo conectar diversos serviços e setores, criando um espaço de integração entre as políticas públicas e as necessidades da comunidade (BRASIL, 2004; SEDEST-DF, 2022).

Diversos autores ressaltam a importância das redes sociais locais para o fortalecimento das políticas públicas e da assistência social. Pereira e Teixeira (2019) destacam que essas redes funcionam como ferramentas essenciais para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, pois promovem o apoio mútuo e facilitam a implementação eficaz das políticas públicas, ao conectar setores como saúde, educação e assistência social. Segundo as autoras, as redes sociais locais são compostas por indivíduos, organizações da sociedade civil e serviços públicos que atuam de forma colaborativa, promovendo um atendimento integral à população (PEREIRA; TEIXEIRA, 2019).

Além disso, Pereira e Teixeira (2019) enfatizam que a articulação entre os diferentes serviços é fundamental para o sucesso das ações de assistência social, pois amplia o acesso da população às diversas redes de proteção e suporte. A criação da Rede Social local no Gama decorre da crescente demanda por políticas públicas integradas e eficientes, que possam enfrentar os problemas complexos que afetam a comunidade. Essas redes começaram a se consolidar a partir da década de 2000, impulsionadas pelo avanço das políticas de descentralização no Brasil e pela necessidade de otimizar recursos (BRASIL, 2004).

A experiência de estágio vivenciada junto à rede social local do Gama proporcionou uma compreensão aprofundada sobre seu funcionamento e a importância do trabalho intersetorial. Durante o estágio, foi possível acompanhar reuniões mensais da Rede Intersetorial do Gama, nas quais representantes de diversas instituições locais se reuniam para discutir casos, compartilhar informações e construir soluções coletivas para as demandas da população. Observou-se uma articulação consistente entre os setores da assistência social, saúde, educação e segurança pública, com a participação ativa da sociedade civil. Essa experiência reforçou a percepção de que a atuação em rede é essencial para garantir um atendimento humanizado, eficiente e integral às pessoas em situação de vulnerabilidade (SEDES-DF, 2022; BRASIL, 2004).

Segundo dados obtidos a partir das participações nas reuniões da rede, pode-se dizer que a mesma é organizada por meio de várias parcerias entre os seguintes atores: CRAS-Gama, CREAS-Gama, MPDFT-Gama, NAFAVID-Gama, Restaurante Comunitário-Gama, Coordenação Regional de Ensino-Gama, Conselho Tutelar I (Setor Oeste-Gama), Conselho Tutelar II (Setor Sul-Gama), GEAMA-Gama, Semiliberdade-Gama, Cecom Sul, Cecom Oeste, Cecom Leste, PROVID-Gama, Penitenciária Feminina (Colmeia), Unidade de Acolhimento Feminina –Gama, Conselho de Saúde-Gama, Associação de Moradores do Engenho das Lajes, Associação do Pré-assentamento Fascinação (Zona Rural Gama), Acampamento Dandara, Alagado da Suzana, Clube da Terceira Idade, Projeto SER MAIS (Instituição conveniada à Sedes), ASMAC, SESC-Gama, Instituto Fonte de Luz-Gama, Instituto Pipoquinha, Caixa Econômica Federal, BRB (Banco Regional de Brasília), UBSS-Gama, escolas públicas e privadas, UnB – Campus Gama, UNICEPLAC, 14º DP, 20º DP, Administração do Gama, IFB-Gama, PAV-Gama, Hospital Regional do Gama (HRG), Rede Elas, Instituto Tocar, Instituto Ipê, dentre outras.

A rede intersetorial no território do Gama, desempenha papel fundamental para a promoção da cidadania e a garantia dos direitos sociais, integrando ações das áreas de saúde, assistência social, educação, cultura e lazer. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), a intersetorialidade é um princípio essencial para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que visa articular políticas públicas para enfrentar as múltiplas vulnerabilidades sociais e ampliar o acesso aos direitos básicos.

No âmbito da saúde, a integração da assistência social com a rede de atenção à saúde é crucial para garantir o cuidado integral às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. O Ministério da Saúde (2017) enfatiza que “a rede de atenção à saúde deve ser articulada com os serviços socioassistenciais, de modo a promover o cuidado integral e o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde”. No Gama, onde índices de vulnerabilidade social podem impactar negativamente indicadores de saúde, essa articulação permite uma atuação conjunta na prevenção de doenças, na promoção da saúde mental e no acompanhamento de situações de risco, como violência doméstica e abandono. Essa cooperação entre setores potencializa os resultados e assegura um atendimento mais resolutivo à população.

Na assistência social, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS, 2012) estabelece que a rede intersetorial deve garantir a articulação entre os serviços

socioassistenciais e outras políticas públicas para que o atendimento às famílias seja integral e contínuo. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), por exemplo, desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Gama, atua promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com encaminhamento e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade para os demais serviços públicos, como saúde, educação e trabalho. A atuação coordenada da rede contribui para a redução das desigualdades e para a garantia dos direitos sociais.

Em relação à educação, a intersetorialidade entre assistência social e escolas é fundamental para a permanência e o sucesso escolar de crianças e adolescentes. O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) destaca que “a articulação intersetorial é indispensável para identificar e superar barreiras que impedem a inclusão e a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social”. No Gama, a cooperação entre CRAS, unidades escolares e equipamentos públicos permite o acompanhamento das trajetórias escolares, a identificação de fatores que levam à evasão e a oferta de apoio psicossocial e educacional, promovendo o direito à educação como instrumento de inclusão social.

Além disso, a dimensão da cultura e lazer é fundamental para a promoção do desenvolvimento integral das pessoas e para a prevenção de situações de risco. Conforme estabelece a Política Nacional de Cultura (PNC, 2012) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o acesso a atividades culturais e de lazer é um direito que deve ser garantido por meio da articulação das políticas públicas. No Gama, a rede intersetorial deve promover a inclusão da população em espaços culturais e esportivos, fortalecendo os vínculos comunitários, valorizando a diversidade cultural local e promovendo a saúde mental e social. A integração entre assistência social, educação e cultura amplia o acesso dessas populações a oportunidades de formação, expressão e convivência social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades.

Entretanto, desafios persistem para a plena efetivação dessa rede no Gama. O Plano Nacional de Assistência Social (PNAS, 2012) reconhece que “a inoperância da intersetorialidade limita a integralidade do atendimento e compromete a efetividade das políticas públicas, principalmente em contextos de alta vulnerabilidade social”. Para superar esses obstáculos, é necessário fortalecer a gestão compartilhada, capacitar os profissionais de diferentes setores e investir na participação social, garantindo que as ações articuladas sejam contínuas, efetivas e centradas nas necessidades reais da população.

Assim, o fortalecimento da rede intersetorial no Gama é essencial para assegurar uma

proteção social ampliada, que articule saúde, assistência social, educação, cultura e lazer, promovendo o desenvolvimento humano e social. Essa integração possibilita que os serviços públicos respondam de maneira mais eficaz aos desafios locais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e com maior qualidade de vida.

4.3- Serviços socioassistenciais ofertados no Gama

Os serviços socioassistenciais compõem um conjunto de ações planejadas e executadas pelo Estado com o objetivo de garantir proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco, promovendo o acesso a direitos, o fortalecimento de vínculos e o exercício pleno da cidadania. No Brasil, a assistência social foi consolidada como política pública com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que define a assistência como “direito do cidadão e dever do Estado”, prestada independentemente de contribuição à seguridade social (BRASIL, 1993, art. 1º).

A organização e oferta desses serviços são regulamentadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, que estabelece a assistência social como parte integrante do sistema de proteção social brasileiro, devendo ser ofertada de forma descentralizada, participativa e articulada com as demais políticas públicas. A PNAS reforça que “a assistência social deve compor o conjunto dasseguranças sociais, articulando-se com as demais políticas públicas” (BRASIL, 2004, p. 16).

Para garantir uniformidade e qualidade na prestação dos serviços, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009, define e classifica os serviços oferecidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), detalhando os objetivos, usuários e formas de organização de cada um. Segundo esse documento, “os serviços são organizados de acordo com as funções da proteção social e com os diferentes níveis de complexidade do SUAS, visando garantir atenção às necessidades dos cidadãos nos territórios” (BRASIL, 2009, p. 9).

Na Região Administrativa do Gama, no Distrito Federal, há uma rede estruturada de serviços socioassistenciais voltada à proteção e promoção dos direitos da população em situação de vulnerabilidade. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, “os serviços são ofertados de forma descentralizada por meio de equipamentos públicos, como CRAS e CREAS, integrados a outras políticas públicas do território” (SEDES-DF, 2022, p. 5).

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Gama são responsáveis pela proteção social básica e atuam na prevenção de situações de risco social, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Entre os principais serviços ofertados, destacam-se:

- função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2009, p. 12).
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): voltado para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, promove atividades em grupo, com caráter preventivo, complementar e proativo. A Resolução CNAS nº 01/2013 destaca que o SCFV “tem como foco o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e o protagonismo dos usuários” (BRASIL, 2013, p. 3).
- Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): permite a identificação de famílias de baixa renda e o acesso a benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família e a Tarifa Social de Energia Elétrica. Conforme o Decreto nº 3.887/2001, o CadÚnico “é o instrumento de identificação das famílias de baixa renda para programas sociais do Governo Federal” (BRASIL, 2001, art. 1º).
- Serviço de orientação e encaminhamento: previsto na Tipificação Nacional, consiste em “fornecer informações, realizar escuta qualificada e encaminhar os usuários a outros serviços e benefícios conforme a necessidade identificada” (BRASIL, 2009, p. 15). Quando há identificação de situações de violência, violações de direitos ou vínculos familiares fragilizados, os usuários são encaminhados para acompanhamento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz: instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral na primeira infância por meio de visitas domiciliares periódicas às famílias em situação de vulnerabilidade social. O público-alvo inclui gestantes, crianças de até três anos beneficiárias do Programa Bolsa Família (hoje substituído pelo Programa Bolsa Família 2023), crianças com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em acolhimento institucional (BRASIL, 2016).

Programa Esportivo Social e Cidadania (PESC)- Desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio do Distrito Federal (SESC-DF). O programa oferece, de forma gratuita, atividades esportivas, educativas e socioemocionais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, promovendo a inclusão social por meio do esporte e do convívio coletivo. As ações são realizadas em diversas regiões administrativas do DF, incluindo o Gama, e buscam estimular valores como cooperação, respeito, disciplina e cidadania (SESC-DF, 2023).

Projeto Ser Mais- Projeto Ser Mais, do Governo do Distrito Federal, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, tem como objetivo combater a pobreza e reduzir desigualdades sociais por meio de ações intersetoriais que envolvem assistência social, saúde, educação e qualificação profissional. Realizado em parceria com organizações da sociedade civil por meio da Rede Complementar Socioassistencial, o programa busca fortalecer a autonomia das famílias e garantir acesso a direitos básicos (SEDES-DF, 2022)

Cidade Acolhedora (Serviço Especializado de Abordagem Social)- Programa Cidade Acolhedora, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do DF (SEDES-DF), é uma estratégia do Governo do Distrito Federal voltada ao atendimento de pessoas em situação de rua. Executado por meio do Serviço Especializado de Abordagem Social, o programa realiza ações de escuta, orientação, encaminhamentos para serviços públicos e reintegração familiar. Segundo a própria SEDES-DF (2024), o programa tem como objetivo “garantir o acesso a direitos, promover a dignidade e a inclusão social de pessoas em situação de rua por meio de ações intersetoriais e humanizadas”.

Os serviços socioassistenciais mencionados, ofertados no âmbito da política de assistência social, especialmente por meio do CRAS e de outras iniciativas na região, exemplificam a prática da intersetorialidade. Esses serviços não funcionam de forma isolada, mas estão integrados a outras políticas públicas essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança alimentar, promovendo um atendimento mais abrangente e eficaz à população (BRASIL, 2004).

Por exemplo, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) não apenas atendem às necessidades imediatas das famílias, mas também criam uma rede de suporte social que se

conecta com outros serviços e programas do município, como saúde e educação (BRASIL, 2009). O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), por sua vez, facilita o acesso das famílias a uma série de benefícios sociais, incluindo programas como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, que dependem da articulação entre a assistência social e outras áreas, como a saúde e a educação, para garantir a integralidade do processo de inclusão social (BRASIL, 2001; BRASIL, 2022).

Durante o estágio realizado no CRAS do Gama, foi possível observar na prática como a intersetorialidade se concretiza por meio da articulação entre os serviços de assistência social e outras políticas públicas. O trabalho no CRAS envolveu o encaminhamento de usuários para programas especializados, como o CREAS, para casos de violência ou de situações de risco (BRASIL, 2009). Além disso, o CRAS também interage constantemente com a saúde, fornecendo suporte psicossocial a indivíduos com necessidades específicas, como doenças mentais ou dependência química, conectando-os a serviços médicos e psicológicos (BRASIL, 2012). Essa articulação garante que os usuários recebam uma atenção integral e multiprofissional, aumentando a efetividade do atendimento e o impacto positivo nas suas vidas.

Além disso, a experiência de estágio permitiu perceber como programas como o Programa Criança Feliz e o Programa Esportivo Social e Cidadania (PESC) também fazem parte dessa rede intersetorial, ao conectar a assistência social com a educação e o esporte. A integração entre esses serviços não só promove o desenvolvimento infantil, mas também contribui para a construção de uma rede de proteção que atende às diversas necessidades de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2016; SESC-DF, 2023).

O Projeto Ser Mais, com suas atividades esportivas e culturais, e o Programa Cidade Acolhedora, com sua abordagem voltada para a população em situação de rua, são também exemplos de como a intersetorialidade pode ser aplicada de forma eficaz. Eles não se limitam a oferecer um serviço isolado, mas trabalham em conjunto com outros órgãos e políticas públicas, proporcionando um atendimento abrangente e de qualidade para os indivíduos em risco social (SEDES-DF, 2022; SEDES-DF, 2024). A intersetorialidade, portanto, se configura como uma estratégia essencial para a efetivação da política de assistência social, promovendo a integração de diferentes serviços e setores para atender de maneira mais eficaz às necessidades da população em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2004). Durante o estágio no CRAS, foi possível vivenciar e compreender a importância dessa articulação para

garantir que os direitos sociais sejam efetivamente acessados e respeitados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4.4 Impacto e Resultados: Ações da Rede Social Local do Gama

Esta parte do trabalho apresenta algumas ações da rede que tiveram grande importância para a população residente do Gama. Os relatos foram extraídos do diário de campo, durante o período de estágio no CRAS da cidade e da participação em reuniões

Mobilização da Rede Local do Gama em Defesa do Hospital Regional:

Nesta da rede local do Gama, a pauta principal foi a situação do Hospital Regional da cidade (HRG), que enfrentava grandes riscos de fechamento devido à falta de médicos e outros profissionais, além da estrutura precária do local. Diante dessa ameaça, a rede se mobilizou e convocou a população para um ato em frente ao hospital, reivindicando sua permanência. O fechamento da unidade deixaria muitos moradores sem acesso a atendimento médico essencial. Como resultado da mobilização, o hospital continuou em funcionamento, apesar das dificuldades enfrentadas. Além disso, um documento foi encaminhado à Secretaria de Saúde e às autoridades competentes, solicitando providências para a contratação de profissionais e melhorias na infraestrutura do hospital. Esse relato evidencia o papel fundamental da rede local na defesa dos direitos da população e na luta pela manutenção dos serviços essenciais na cidade.

Mobilização da Rede Local do Gama pela Construção de um CAPS:

Nesta reunião da rede local do Gama, a pauta principal foi a necessidade da construção de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade. Há muito tempo, essa demanda vem sendo levantada por diversos moradores atendidos por serviços de saúde mental, que, devido à ausência de um CAPS local, precisam se deslocar para cidades vizinhas em busca de atendimento. Durante a reunião, a rede se mobilizou para discutir a questão e convocou as autoridades competentes para debater a viabilidade da implantação do serviço na cidade. Como resultado desse movimento, um terreno já foi definido para a construção do CAPS. Embora o processo burocrático ainda demande tempo para ser concretizado, essa conquista representa um avanço significativo na luta por um atendimento mais acessível à população do Gama.

Esse relato demonstra o papel essencial da rede social local na articulação e defesa de demandas coletivas. Embora não tenha poder decisório, a mobilização da rede foi determinante para que a construção do CAPS deixasse de ser apenas uma ideia e se tornasse um projeto concreto em andamento.

Ação Intersetorial da Rede Local do Gama no Engenho das Lajes

A Rede Local do Gama organizou um evento intersetorial que contou com a participação de diversos profissionais, incluindo enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, psicólogos, profissionais de educação física e a equipe do CRAS Gama. O evento teve como principal objetivo atender famílias em situação de vulnerabilidade do Engenho das Lajes, uma localidade rural e afastada do centro do Gama. Devido à distância e às dificuldades de transporte, muitos moradores enfrentam obstáculos para acessar serviços essenciais de saúde, assistência social e lazer.

Durante a ação, foram oferecidos atendimentos de saúde, incluindo vacinação, marcação de exames, aferição de pressão e glicose. Profissionais da odontologia atenderam moradores que, em muitos casos, nunca tiveram acesso a esse tipo de serviço. O atendimento psicológico também foi disponibilizado, reconhecendo a importância da saúde mental para a comunidade. Além disso, profissionais de educação física promovem atividades recreativas, como futebol e basquete, proporcionando momentos de lazer para as crianças. Já a equipe da assistência social apresentou os serviços do CRAS, orientando as famílias sobre seus direitos e concedendo benefícios para aquelas em maior vulnerabilidade.

Essa iniciativa foi de grande importância, pois possibilitou o acesso a atendimentos e serviços essenciais para uma população que, na maioria das vezes, enfrenta dificuldades para obtê-los. A mobilização da rede local demonstrou o impacto positivo da articulação intersetorial na promoção da qualidade de vida e no fortalecimento da cidadania.

Mobilização da Rede Local do Gama no Combate a Violência Contra a mulher:

O Gama tem enfrentado um aumento preocupante de feminicídios e tentativas de feminicídio, o que tem gerado grande preocupação na comunidade. Diante dessa realidade, a rede local convocou uma reunião para discutir a questão e buscar soluções para combater a violência contra as mulheres na cidade. Durante o encontro, foram reunidos profissionais de diversas áreas, com expertise no tema, para debater possíveis ações. Uma das propostas discutidas foi a criação de oficinas de conscientização voltadas para jovens e mulheres, com o

objetivo de informar sobre a gravidade da violência de gênero, como identificar os diferentes níveis de violência, como e onde realizar denúncias, além de explicar as medidas protetivas e o funcionamento dessas ferramentas legais. Embora os resultados não sejam imediatos, acredita-se que, com o tempo, essas iniciativas possam contribuir para a diminuição dos casos de violência às mulheres.

5. Considerações Finais

Neste Trabalho de Conclusão de Curso abordou-se a temática da intersetorialidade e sua importância no âmbito da política de assistência social. Com isso, diante do que foi exposto ao longo deste trabalho, fica evidente que a intersetorialidade é um elemento essencial para a efetivação da política de assistência social e para a garantia dos direitos sociais, principalmente das populações em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Acredita-se que o objetivo central do trabalho tenha sido alcançado, pois foi abordada a importância da intersetorialidade no âmbito da política de assistência, e também, seus impactos para a população da Região Administrativa do Gama. A cidade beneficia diretamente de uma abordagem integrada entre saúde, educação, assistência social, segurança e habitação, dentre outros.

A falta de acesso a direitos básicos muitas vezes não pode ser resolvida por um único setor, exigindo a colaboração entre diversas políticas públicas. Por exemplo, uma família em situação de vulnerabilidade pode precisar de assistência social, atendimento médico, acesso à escola para as crianças e oportunidades de capacitação profissional. Se esses serviços atuarem de forma isolada, a resolução dos problemas será fragmentada e ineficaz. Com a intersetorialidade, as políticas públicas se complementam, garantindo um suporte mais eficiente para a população.

Mas, apesar da grande importância e dos avanços proporcionados pela intersetorialidade para as populações mais vulneráveis, ainda existem alguns desafios ao longo do caminho. Sabe-se que essa temática vem sendo amplamente discutida em diferentes âmbitos e setores, incluindo a política de assistência, mas pouco se encontra sobre estudos, artigos e trabalhos de conclusão que abordam a temática da intersetorialidade na política de assistência social. Podemos dizer que a carga teórica acerca dessa temática ainda é muito limitada, e isso precisa mudar, pois trata-se de um assunto pouco explorado, mas de grande relevância para a população. A intersetorialidade serve como um dos instrumentos importantes para atuar nos cenários de vulnerabilidade social, e com isso, promovendo um atendimento mais integrado e eficaz às demandas da sociedade.

Este trabalho teve um papel fundamental ao proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre a intersetorialidade, uma temática pouco explorada, mas de grande relevância no contexto da assistência social. A experiência vivenciada durante o estágio no CRAS Gama permitiu uma aproximação prática desse conceito, evidenciando o impacto

positivo da articulação entre as políticas públicas na vida da população local. Durante o estágio no Centro de Referência de Assistência Social do Gama, foi possível compreender a realidade social da cidade e conhecer a rede social local que dá suporte às famílias em situação de vulnerabilidade. Essa vivência foi fundamental para embasar as análises e reflexões desenvolvidas no trabalho, enriquecendo a construção do estudo e ampliando a compreensão sobre a importância das articulações intersetoriais no atendimento às demandas sociais. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito, pois as demandas sociais são constantes e desafiadoras. Nesse sentido, é essencial fortalecer e dar maior visibilidade à intersetorialidade, garantindo que a articulação entre os setores continue se expandindo. Isso contribuirá para um acesso mais amplo às políticas públicas e à efetivação dos direitos sociais, promovendo maior inclusão e justiça social.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. A. C.; ROCON, P. C. (Org.). Desigualdades sociais em saúde: debates contemporâneos para a construção de políticas públicas. Porto Alegre: Rede Unida, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/388835560_Desigualdades_Sociais_em_Saude_debates_contemporaneos_para_construcao_de_politicas_publicas.

BRASIL, M. A. A intersetorialidade na assistência social: A integração de serviços como estratégia para a construção de redes de proteção social. *Cadernos de Serviço Social*, v. 18, n. 1, p. 12-29, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8869.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Caderno de Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, DF: MDS/SNAS, 2017. 76 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf.

CABRAL, Elaine de Almeida; YANNOULAS, Silvia Cristina. A segregação socioeducacional no Distrito Federal do Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 26, e260038, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/J5847y3VSRZBmHGwxfMxFKs/>.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Governança pública: construção de capacidades para a efetividade da ação governamental. Brasília: Ipea, 2018.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Expansão urbana, nucleações e a formação de centralidades no Distrito Federal: o caso do Gama. Brasília: [Editora], 2009.

CODEPLAN. Relatório de Análise e Desenvolvimento Regional do Distrito Federal. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8869.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Social. Projeto Ser Mais. 2021. Disponível em: <https://irmasbeneditinas.comunidades.net/projeto-ser-mais-gama-df>. Acesso em: 20 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Social. Programa Cidade Acolhedora. 2023. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/programa-cidade-acolhedora/>. Acesso em: 20

maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Social. Serviços ofertados nos CRAS do DF. 2022. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/cras/>. Acesso em: 20 maio 2025.

FOLHA DO GAMA. História e desenvolvimento do Gama: a cidade-satélite que cresceu junto a Brasília. 5 out. 2024. Disponível em: <https://www.folhadogama.com.br/cidades/historia-e-desenvolvimento-do-gama-a-cidade-satelite-que-cresceu-junto-a-brasilia/>.

FRAZÃO, Dulciene da Costa. A terra mercadoria e a valorização fundiária: estudo de caso da cidade do Gama. 2009. 125 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/4723/1/2009_DulcienedaCostaFrazao.pdf.

FREITAS, Tânia Maria de; FERREIRA, Cleison Leite. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF. CODE 2011, Área 7, Artigo 44. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo44.pdf>.

GDF – Governo do Distrito Federal. Plano Distrital de Assistência Social. Brasília, 2020.

HARGREAVES, D. Colaboração intersetorial como mecanismo para impulsionar o empreendedorismo nas comunidades de baixo recurso. Políticas Públicas e Empreendedorismo, 2016.

HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; 2. ed. 2010. Disponível em: <https://www.jamesholston.com/a-cidade-modernista>.

IBGE. Censo Demográfico 2023. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

INOJOSA, Rosana Maria. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade e redes de compromisso. São Paulo: PUC-SP, [20–?]. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf.

LANCELLOTTI, Ana Carolina de Oliveira; GUINANCIO, Cristiane. A política urbana do Distrito Federal: um resgate historiográfico da relação entre ocupação territorial e desigualdades socioespaciais. Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo, Brasília, v. 15, n. 33, p. 1-23, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/42399>.

LUCIDARIUM. Como a desigualdade social afeta a segurança pública. Lucidarium, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://lucidarium.com.br/desigualdade-social-afeta-seguranca-publica/>.

MARTINS, Jean da Silva. Análise da desigualdade dos últimos 15 anos no Distrito Federal. [S.l.]: Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), 2019. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2709/1/Jean%20da%20Silva%20Martins.pdf>.

MENDONÇA, Marcelo Teles de. O dilema da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12057/1/TESE%20MARCELO%20TELES%20DE%20MENDON%C3%A7A.pdf>.

MONERAT, G.; ALMEIDA, L. T.; SOUZA, R. G. A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas/SP: Papel Social, 2014. (Livro físico)

NASCIMENTO, Sueli do. Intersetorialidade entre a saúde e assistência social: caminhos para a integralidade da atenção. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 135, p. 355-374, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TDCqtLhvDvRnRmDXhtTBHZK/>.

NORONHA, J. C.; LIMA, L. D.; MACHADO, C. V. A intersetorialidade nas políticas de saúde: desafios e perspectivas. Revista de Saúde Pública, v. 42, p. 146-154, 2008.

PEREIRA, J. L.; TEIXEIRA, D. R. Redes sociais locais no contexto da urbanização do Distrito Federal. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, v. 21, n. 3, p. 453-472, set.-dez. 2019. DOI: 10.22296/2317-1529.2019v21n3p. Disponível em: <https://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/issue/view/Setembro-Dezembro>.

RUBIM, A. C. A. Cultura, lazer e intersetorialidade: a articulação entre políticas públicas. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTAIANA, Rochele da Silva. Educação Integral no Brasil: a emergência do dispositivo de intersetorialidade. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131041>.

SANTOS, André Guilherme Brandão dos; DIAS, Douglas Oliveira. Pobreza e desigualdade social no Distrito Federal: o que mudou entre 2004 e 2014?

SANTOS, Priscila Gomes. Políticas públicas no Distrito Federal: desafios e perspectivas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL (SEDES-DF). Plano Distrital de Assistência Social 2020-2023. Brasília, DF: SEDES-DF, 2020. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/acoes-e-programas>.

SILVA, Natalia Serafim da. Intersetorialidade entre a saúde e assistência social: caminhos para a integralidade da atenção. Contribuciones a las Ciencias Sociales, jan. 2018.

SOUZA, Vanila Fernandes de. Biodiversidade e os impactos da expansão urbana no Distrito Federal. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências da Saúde) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/9010>.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional, v. 10, p. 435-458, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf.

YAZBECK, Maria Carmelita. Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. In: MONERAT, G.; ALMEIDA, L. T.; SOUZA, R. G. A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas/SP: Papel Social, 2014. p. 45-60 (Cap. 4).